ZH ZERO HORA
Publicado em 14/07/2022 - 05:54

Piratini desiste de oferta de ações e apostas em venda integral da Corsan

Estado troca estratégia para privatizar Corsan

BIBIANA DIHL
bibiana.dihl@rdgaucha.com.br

BIBIANA DIHL

Ranolfo (e) anunciou que desiste de ofertar ações e tentará vender toda a companhia

O governo do Rio Grande do Sul anunciou, ontem, a desistência da venda de ações da Corsan. Com isso, o Executivo altera o modelo da entrega da companhia à iniciativa privada e decide pela venda de 100% da estatal.

– A companhia não irá mais perseguir o processo de IPO (*oferta de ações em bolsa de valores pela primeira vez*) e irá, sim, perseguir a decisão que, na minha visão, dia após dia se mostra mais acertada, que é a privatização – resumiu o diretor-presidente da Corsan, Roberto Barbuti, no Palácio Piratini.

No dia 7 de julho, o Tribunal de Contas do Estado (TCE) determinou que os dirigentes da Corsan "se abstivessem de dar prosseguimento" ao processo de oferta de ações da companhia – com isso, o andamento precisou ser interrompido. Após reunião na noite de terça-feira, o governo do Estado e a Corsan decidiram não recorrer da decisão do TCE.

– A decisão do TCE da última semana acabou fazendo com que possivelmente não conseguíssemos concretizar a privatização na janela prevista, até o final do mês de julho. Em razão disso, acabamos tomando decisão no sentido de não recorrermos ao TCE. Na nossa visão, eventual recurso levaria mais tempo até o julgamento, atrasaria mais e correríamos concretamente o risco de não conseguir efetuar isso ainda em 2022, com todos os prejuízos daí decorrentes ao Estado, Corsan e sociedade – alegou o governador Ranolfo Vieira Júnior.

– Não há contrariedade do governo a essa decisão do TCE. Embora discordemos no mérito da questão, esse controle tem de existir – acrescentou ele.

Por meio do IPO, o Estado manteria parte das ações e seguiria ligado à administração da Corsan. Com a decisão pela venda integral da companhia, o governo irá se desfazer totalmente do vínculo. Conforme o diretor-presidente da Corsan, o objetivo é realizar o leilão ainda em 2022.

– Estamos empenhados em buscar o desafio que foi colocado, de fazer a privatização ainda dentro deste ano. Entendo que é possível, mas tem um trabalho pela frente para detalhar esse passo a passo e conseguir fazer com que a Corsan, de fato, cumpra seu papel perante a sociedade gaúcha, e o faça de forma que dê conforto a todos os envolvidos – disse Barbuti.

O executivo lembra da necessidade de a Corsan receber recursos para atender ao novo Marco Legal do Saneamento – conforme ele, a companhia precisa de investimentos na ordem de R$ 13 bilhões. Ele avalia que, com a venda integral, abre-se espaço para buscar maximização do preço de venda da estatal.

Questionado sobre a viabilidade de se concluir a privatização em 2022, o chefe da Casa Civil, Artur Lemos, afirmou:

– Temos exemplos do que privatizamos recentemente, que foram as companhias de energia, CEEE-T e CEEE-D, e também a própria Sulgás. Sabemos que é desafiador, mas acreditamos que é possível, sim.

Oposição

No mesmo dia, deputados de oposição se manifestaram em rede social contra a privatização. A deputada Juliana Brizola (PDT), por exemplo, declarou que "a luta pela Corsan pública não para! Importante vitória (*a desistência do IPO*) na nossa incessante busca pela manutenção do patrimônio público. Seguimos vigilantes".

Leilão da Corsan até dezembro é desafio para governo do RS

O governo do Estado confirmou a desistência da oferta de ações da Corsan e anunciou intenção de fazer um leilão tradicional até dezembro. A coluna quis entender melhor o tamanho do desafio do prazo. Ouviu, do chefe da Casa Civil, Artur Lemos, que será "muito desafiador". Depois, perguntou se seria possível a dois especialistas, um em mercado de capitais e outro em saneamento. Do primeiro, veio um curto "não". Do outro, colheu "em tese, é possível".

Presidente da Corsan, Roberto Barbuti disse que, com a mudança, a companhia "deixa de ser protagonista". Com o modelo de capitalização, avaliou, nenhum acionista privado teria o controle da companhia de saneamento, e o Estado seguiria dando as diretrizes do segmento. Com o formato tradicional, uma empresa será dona da Corsan e dos destinos do serviço no Estado.

– Quem achou que nosso discurso sobre necessidade de privatização poderia ter mudado se enganou. Não há como fazer um programa de investimentos de R$ 13 bilhões sem privatizar.

A coluna quis saber se haverá necessidade de alterar os contratos firmados com prefeituras, e Barbuti confirmou. Lembrou que o atual modelo prevê que cada município que aceitou renovar o contrato de forma antecipada receberia uma parcela das ações da Corsan. Agora, adiantou, será preciso alterar para que recebam sua parte em dinheiro.

Com a oferta de ações, a Corsan receberia um aporte de recursos para reforçar seus investimentos e seria privatizada. Essa circunstância dispensou a companhia estadual de apresentar comprovação da capacidade econômico-financeira (ou seja, de que teria dinheiro suficiente para cumprir o Marco Legal do Saneamento, que obriga investir esses estimados R$ 13 bilhões para levar tratamento de esgoto a 90% da população até 2033). Agora, será preciso justificar o adiamento.

Sobre a decisão do Tribunal de Contas do Estado (TCE), que mandou parar a venda por definições de valor, o presidente da Corsan afirmou que o modelo de capitalização não buscava "maximização de preço". Com o formato de leilão, e o conceito de "prêmio de controle", a receita deve ser maior.

GZH
Leia outras colunas em **gzh.com.br/martasfredo**

OPINIÃO DA RBS

RECUO PRUDENTE

Agiu com prudência o Palácio Piratini ao anunciar ontem o adiamento do processo de privatização da Corsan. O momento atual, de elevada incerteza na economia global e no mercado de capitais, tem o potencial de inibir eventuais interessados em participar da oferta de ações que estava prevista para este mês. Uma procura pelos papéis abaixo do que seria o esperado em relação a um período sem turbulências possivelmente afetaria a precificação, deprimindo o potencial de arrecadação pelo governo gaúcho.

O Tribunal de Contas do Estado (TCE), por outro lado, determinou na semana passada que o governo paralisasse os procedimentos da operação para a realização de correções na modelagem econômico-financeira do negócio. Pela complexidade de transações do gênero, é crível projetar que essas retificações levariam um tempo considerável para ser elaboradas, o que impediria o cumprimento do cronograma esperado. O TCE presumivelmente teve motivos justificáveis para expedir a orientação e, como admite o próprio Piratini, um eventual recurso à Corte demandaria tempo para julgamento. Todos os procedimentos e prazos legais também levariam a atrasos no processo.

A venda de um relevante ativo do Estado, por ser patrimônio público, também exige máxima transparência e a segurança de que os melhores interesses da sociedade estão sendo preservados. O papel dos órgãos de controle, nesses casos, é essencial. Todas as dúvidas devem ser elucidadas e possíveis alterações de rota sugeridas. Se contribuírem para qualificar o processo, são bem-vindas. Resta ao Piratini explicar melhor os motivos que levaram à decisão de alterar o modelo de alienação da participação majoritária da companhia pela emissão pulverizada de ações para a venda integral e direta para um novo controlador único. Por enquanto, a justificativa apresentada é a possibilidade de maior receita.

O principal é chegar a uma modelagem de privatização da Corsan que atenda aos interesses do governo e da sociedade gaúcha

O Piratini, agora, corre contra o tempo para tentar realizar a privatização da estatal ainda em 2022. O prazo é apertado, mas o principal é chegar a uma modelagem que atenda aos interesses do governo e da sociedade gaúcha. O fato é que, com o novo marco legal do saneamento, sancionado em 2020 pelo governo federal, a companhia terá de realizar investimentos pesados nos próximos anos para que as metas de universalização do acesso à água potável e de tratamento de esgoto sejam atingidas.

Empresa e Estado, como controlador, não teriam condições de fazer frente ao desafio, que deve custar cerca de R$ 13 bilhões. Um novo dono terá o capital exigido e, como é regra no cotejo entre a gestão privada e a pública, maior capacidade de planejar e executar as obras com a agilidade necessária. Levar água potável a mais residências e elevar a proporção de esgoto tratado significam mais saúde para a população e proteção ao meio ambiente.

Copyright © Clipclap 2025.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Zero Hora - Porto Alegre/RS

Seção: Infraestrutura **Pagina:** 9, 10 e 20

Copyright © Clipclap 2025.